

2017/08/01

CA. DE AZAMBUJA
29/8/2017
PS. V. Mar...
Ricardo Nunes Portela
Vice-Presidente
1.º Vice-Presidente
V. Mar...
CDU
Art. de
pres. em
reunião
A. Am...

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 1 DE AGOSTO DE 2017 ---

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ---

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Vice-Presidente Silvino Lúcio em substituição do senhor Presidente (em gozo de férias), e os Srs. Vereadores António Amaral e Sérgio Ramos Jorge; pela CPFNT os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Canilho; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins. ---

--- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Nunes Portela. ---

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ---

--- Interveio o Sr. José Carlos e disse que na anterior sessão perguntara ao Sr. Presidente acerca da viabilidade de um projeto de voluntariado para a limpeza da zona do dique para instalar pesqueiros, a que este dissera ir indagar junto das entidades competentes, pelo que queria saber se já havia resposta para isso. Sobre o caminho paralelo à linha férrea até à Zona Industrial perto da Auschan, na zona sul, pretendeu saber se era para intervencionar de imediato ou não. Solicitou ainda que pudesse ser feita alguma coisa em termos de luminosidade e prevenção rodoviária na Nacional 3 junto à Sugal, uma vez que, com a campanha do tomate a decorrer, o troço se mostrava demasiado perigoso para pessoas e trânsito. O Sr. Presidente em exercício respondeu que sobre os pesqueiros, como não esteve na reunião onde o assunto foi abordado, iria analisar. Relativamente ao caminho paralelo junto à linha férrea tivera indicação do Sr. Presidente para iniciar a preparação do procedimento. Quanto à falta de luz referiu que, há cerca de dois anos, a EDP tinha transferido para a Câmara a responsabilidade de apagar o maior número possível de candeeiros situados nas estradas por uma questão de economia, sendo que a Câmara mantinha a preocupação de, durante a Campanha da Sugal, estarem todos os focos acesos, pelo que, concordando com o município, iria ver, mas dificilmente se conseguiria o que este pretendia. ---

--- O Sr. Manuel Canha considerou que Azambuja está a ser menosprezada pelo atual Executivo, face aos carros que têm sido assaltados e ao estado do Jardim do largo de S. Sebastião que não é regado, tal como no Largo Palmela. Mencionou que a intervenção no Largo Palmela foi apenas a do reclame para os peregrinos, porque o pavimento e os espaços verdes estão na mesma. Chamou a atenção para o espaço circundante ao armazém dos vinhos em Azambuja que se encontrava coberto de vegetação seca e que com as dezenas de botijas de gás que lá estavam armazenadas constituíam um perigo. Referiu ainda a propósito da colocação do tapete rodoviário na ponte há cerca de um mês, que não compreendia a colocação das juntas de dilatação, à posteriori, impossibilitado à circulação dos camiões. Em sua opinião achava que primeiro deveriam ser colocadas as juntas e só depois aplicado o tapete. Pronunciou-se ainda acerca da festa anual da Junta de Freguesia que vai haver em Azambuja, com largada de touros, que em sua opinião parecia uma segunda "Feira de Maio", e que deveria ser articulada com as coletividades da vila fazendo-se arraiais e afins ao invés de largadas de touros. O Sr. Presidente em exercício referiu, relativamente à falta de segurança, que já houve manifestação junto da GNR de Azambuja, tendo sido indicado que estavam com falta de efetivos, motivados por aposentação e baixas médicas. Entretanto, já foi solicitada audiência ao Sr. Secretário de Estado e à Sra. Ministra para abordar o assunto e manifestar as preocupações. Quanto às Juntas de dilatação partilhava da opinião, tinha estado lá presencialmente e fora-lhe dito pelo eng. responsável que o procedimento era mesmo assim. Informou ainda que já tinha entrado em contacto com o Banco, proprietário do terreno, e que lhe tinha sido dito que já tinha sido contratada uma empresa de prestação de serviços para proceder à limpeza da vegetação. Quanto à festa anual considerou que a junta tinha legitimidade para escolher o programa da sua festa. ---

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES ---

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes questionando se o Sr. Presidente em exercício tinha conhecimento de algum Protocolo assinado com o grupo empresarial localizado na Zona Industrial, sobre a viabilização urbanística da Quinta do Queimado à entrada de Vila Nova da Rainha. Se sim, como é que fora assinado sem ter vindo a reunião de Câmara? Sobre a Quinta da Queijeira, que tem cerca de 25 hectares, dos quais 16 hectares foram objeto do parecer da CCDR e estão licenciados para o Aterro, e um plano de ação de recuperação paisagística, aprovado nos anos 90, que, segundo lhe parece, ainda está em vigor. Pretende saber porque é que não está a ser cumprido, uma vez que não houve nenhum requerimento, nem pelo presente, nem pelo anterior proprietário, com atual licença de exploração das pedreiras, para o dispensar. O Sr. Presidente em exercício solicitou esclarecimentos ao Arq. Paulo Natário acerca do protocolo, ao que o mesmo referiu que não tinha conhecimento de nenhum protocolo sobre esse assunto da Quinta do

Queimado. Relativamente à Quinta da Queijeira, informou que a Câmara não fez a vistoria sobre o Plano de Ação, na medida em que foi objeto do parecer da CCDR.

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes mencionou que o esboço que envolvia nomeadamente a entrega ao Município de um edifício e que, depois de estar tudo previsto, houvera umas alterações para realizar uma rotunda naquela zona, e que o protocolo já estaria assinado. O Arq. Paulo Natário referiu que foi abordado o assunto, informalmente, com a Sonae, embora não tenha havido nenhum protocolo, nem sequer um esboço e no âmbito de um pedido de informação prévia do Novo Banco

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes comentou que ninguém queira tirar frutos politicamente desta situação, argumentando que o processo de construção de 2 rotundas ainda está no início, sugeriu pedir à CCDR formalmente se era ou não obrigatório executar o plano de recuperação referido relativamente à parte remanescente do terreno, uma vez que o parecer e licença incidiram sobre 16 dos 25 hectares do terreno.

--- Interveio o Sr. Vereador David Mendes perguntando quando seria a próxima sessão de câmara, a que lhe foi indicada a data de 29 de agosto. Continuando disse que na última sessão pedira, acerca do Contrato de Arrendamento do Castro de Vila Nova de S. Pedro, um parecer do Dr. Manuel Rodrigues ou a sua presença para esclarecer alguns aspetos do mesmo, ao que o Sr. Presidente aquiescera. No entanto, dada a data prevista para a próxima reunião, considerava que a Câmara tratava certos assuntos de importância com total irresponsabilidade. Congratulou-se com o ir avançar a colocação da nova cobertura do mercado de Aveiras e chamou a atenção da necessidade de requalificar o espaço do mercado diário de Vila Nova da Rainha, incluindo a cobertura, que, em seu entender, não seria dispendioso. Perguntou como estava o texto a enviar na fatura da água, com os esclarecimentos aos consumidores acerca da forma a obter o documento da água que os isentaria do pagamento de saneamento e censurou a visita às piscinas de Azambuja, sem a presença dos Vereadores da oposição, por ter havido uma confusão com o agendamento da mesma e a disponibilidade dos vereadores para as datas marcadas. Voltou a referir a existência de esgotos a céu aberto em Vale do Paraíso e perguntou para quando a reunião da vereação para discutir a questão dos resíduos sólidos urbanos, pois era essencial baixar a fatura da água. Reiterou a sua opinião que a Câmara deveria começar a executar o corte da vegetação.

--- Em resposta, o Presidente em exercício disse que nada poderia adiantar relativamente ao arrendamento do Castro, mas que já tinham falado com o Dr. Manuel Rodrigues. Quanto aos esgotos disse que estava a ver com a AdAz como se poderia resolver. Referiu que o agendamento da reunião para as tarifas de RSU, o Sr. Presidente marcá-la-ia, adiantando, no entanto, que com a legislação aprovada nada de bom se adivinhava para a TRIU.

--- Interveio a Sra. Vereadora Maria João Canilho que, referindo-se ao assunto da visita às piscinas, deu nota da sua resposta ao convite efetuado pelo Sr. Presidente e da subsequente troca de mails com o Sr. Presidente, manifestando que o teor dos mails era diferente consoante os vereadores destinatários. Frisou ainda que já tinha sugerido por diversas vezes ao Sr. Presidente que marcasse as visitas com alguma antecedência, o que continua a não acontecer. Deu nota que o parecer técnico sobre as torres colocadas no Bairro da Quinta da Mina, ao que parece não existe, contrariamente ao afirmado inicialmente pelo Sr. Presidente e solicitou a informação técnica sobre o mesmo. Solicitou ao Sr. Vereador Herculano que fizesse ponto de situação, nesta ou na próxima reunião, sobre o trabalho desenvolvido na Quinta da Mina, relativamente aos contratos de arrendamento e aos planos de pagamento.

--- O Sr. Presidente em exercício respondeu refazendo o percurso sobre o processo das torres e sobre a forma como tomou conhecimento da decisão, que foi unilateral, da EDP. Acordou ainda, com o Sr. Vereador Herculano, que o ponto de situação sobre as rendas da Quinta da Mina seria efetuado na próxima reunião de Câmara. Referiu que o assunto da visita às piscinas fora um mal-entendido.

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes solicitou um comentário sobre o mal-entendido, dizendo que não é mal-entendido nenhum, porque quem ficou de marcar uma segunda visita foi o Sr. Presidente da Câmara, e referiu que há aqui um padrão de comportamento, porque quando as pessoas não são intelectualmente honestas, estas coisas acontecem.

ORDEM DO DIA

PROPOSTAS

--- 1. Proposta Nº 110/P/2017 – Atribuição de Apoio Financeiro – Fábrica da Igreja de Alcoentre.

--- O Senhor Vice-Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

--- "Considerando que:

--- o Município de Azambuja tem vindo a assumir uma política de interajuda em resultado da conjuntura económico-financeira nacional que, nos últimos anos, afetou de forma negativa e significativamente as organizações que viram diminuir as suas principais receitas e apoios, deixando, muitas vezes, de ter condições para continuar com os seu projetos e/ou fazer obras de conservação e manutenção dos edifícios;
--- a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Alcoentre, através de ofício enviado a esta Câmara que se anexa, veio solicitar apoio financeiro para proceder a obras de manutenção nos Edifícios da Igreja e da Casa Paroquial;

--- compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, apoiar, pelos meios adequados, as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município al, cfr. alíneas o) e u) ambas do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- Proponho:

--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere a aprovação de um apoio financeiro, no valor de € 12.000,00 (doze mil euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Alcoentre, para proceder a vários trabalhos de requalificação, na referida Igreja.”

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 110/P/2017 foi aprovada por unanimidade.

--- 2. Informações:

--- Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira –

--- Contabilidade:

---2.1 – inf.10/P/2017 – Modificação ao Orçamento.

--- A Câmara tomou conhecimento.

---2.2- Fundos Disponíveis

--- A Câmara tomou conhecimento

---2.3- Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2017 a 25/7/2017

--- A Câmara tomou conhecimento.

--- Aprovisionamento - Período de 17 a 26/7/2017

--- 2.4- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo do Nº 4 do Art. 49º da LOE.

--- A Câmara tomou conhecimento

--- 2.5- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros

--- A Câmara tomou conhecimento.

--- 2.6-Assunção de Compromissos Plurianuais pelo Presidente, ao abrigo da Proposta 105/P/2016.

--- A Câmara tomou conhecimento.

--- ENCERRAMENTO –

--- Eram dezasseis horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente em exercício deu por encerrada a reunião.

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Nunes Portela, sob cuja responsabilidade foi elaborada.

